

2030

GUIA DE AÇÕES DE ADVOCACY PARA A AGENDA 2030

Um guia para acompanhar e incidir sobre a Agenda 2030 visando à garantia e à promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e à superação das desigualdades para não deixar ninguém para trás.

Guia de Ações de Advocacy para a Agenda 2030

Coordenação: Marcello Fragano Baird

Colaboração: Laura Cury, Mônica Andreis e Ticiano Imbroisi

Revisão e edição: Juliana Waetge

Projeto gráfico: Ronieri Gomes

Realização: ACT Promoção da Saúde

A **ACT Promoção da Saúde** é uma organização não governamental que atua na promoção e defesa de políticas de saúde pública, especialmente nas áreas de controle do tabagismo e alimentação saudável, além de apoiar ativamente a implementação da Agenda 2030 no Brasil.



Rua Batataes, 602, cj. 31

CEP 01423-010, São Paulo, SP

Tel/fax: (11) 3284-7778 / 2548-5979 / 97127-1877

Av. N. Sa. Copacabana, 330/1107

CEP 22020-001, Rio de Janeiro, RJ

Tel/fax: (21) 2255-0520 / 2255-0630 / 98174-3586

actbr.org.br | act@actbr.org.br



/actbr



@insta.act



@actbr

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1_ Apresentação: Agenda 2030_____ | 04 |
| 2_ Situação_____ | 09 |
| 3_ A sociedade civil: um papel a cumprir_____ | 12 |
| 4_ Problema_____ | 15 |
| 5_ Recomendações de ações governamentais_____ | 17 |
| 6_ Planejando ações estratégicas em advocacy_____ | 19 |
| 7_ Produção de Conhecimento_____ | 23 |
| 7.1_ Objetivos_____ | 24 |
| 7.2_ Plano de Ação_____ | 24 |
| 8_ Comunicação_____ | 25 |
| 8.1_ Objetivos_____ | 26 |
| 8.2_ Plano de Ação_____ | 26 |
| 9_ Mobilização_____ | 28 |
| 9.1_ Objetivos_____ | 29 |
| 9.2_ Plano de Ação_____ | 29 |
| 10_ Incidência política_____ | 31 |
| 10.1_ Objetivos_____ | 32 |
| 10.2_ Plano de Ação_____ | 33 |
| 11_ Infográfico: elaborando um plano de advocacy_____ | 34 |
| 12_ Conclusão_____ | 36 |



APRESENTAÇÃO:
AGENDA 2030

2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade firmado por todos os 193 Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU)^{1 2} em 2015. Ela é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas - integrados e indivisíveis - que equilibram as três áreas do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica.

Os objetivos e as metas contidos na Agenda 2030 são essencialmente guias que indicam elementos a serem considerados por governos, sociedades, empresas e pelo setor acadêmico para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Por isso, a avaliação da implementação de políticas públicas com base neles é fundamental para **não deixar ninguém para trás**.

Elaborada de maneira colaborativa por todos os Estados membros da ONU, inclusive pelo Brasil, a Agenda é aplicável a todos os países, levando em consideração as diferentes “realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais”. Para que os ODS sejam cumpridos, é preciso que cada país leve em frente a Agenda por meio de políticas locais, promovendo meios para implementá-las em âmbito nacional.

No caso específico do Brasil, os ODS estão alinhados aos princípios e orientações da Constituição Federal. Já no preâmbulo da Constituição, lê-se: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.”³ Diversos princípios e objetivos da Agenda, como a erradicação da pobreza (ODS 1) e a promoção da saúde (ODS 3), estão refletidos diretamente no texto constitucional.

Apesar desse alinhamento, infelizmente o Brasil não tem investido o suficiente no desenvolvimento sustentável. No entanto, estamos na Década de Ação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ainda há tempo de **mudar o jogo**⁴ por meio de ações e da implementação de políticas públicas integradas e eficazes.

Todos os brasileiros e brasileiras podem contribuir para um futuro mais saudável, justo e sustentável. Conheça a seguir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apoie sua implementação!

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Acesse a descrição dos ODS clicando sobre cada um deles:

01

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

02

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

03

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

04

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

05

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

06

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

07

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

08

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

09

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

10

Objetivo 10. **Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles**

11

Objetivo 11. **Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**

12

Objetivo 12. **Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**

13

Objetivo 13. **Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos**

14

Objetivo 14. **Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**

15

Objetivo 15. **Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade**

16

Objetivo 16. **Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis**

17

Objetivo 17. **Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável**



SITUAÇÃO

Situações

O Brasil foi um dos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) a liderar as negociações da Agenda 2030. A destacada atuação do Ministério das Relações Exteriores nos debates de alto nível resultou não apenas no compromisso político assumido em 2015 junto a outros 192 países, mas também em um processo interno de consultas para formação de posição que facilitou o desenho de mecanismos indutores para implementação nacional⁵ com participação de todos os ministérios e da sociedade civil.

No entanto, nos últimos anos, o Brasil não tem trilhado o caminho do desenvolvimento sustentável. Diversas políticas e medidas evidenciam a falta de comprometimento do Estado brasileiro com a Agenda acordada. Em abril de 2019, o Decreto nº 9.759/2019 extinguiu e limitou a criação de órgãos colegiados no governo federal, diminuindo o número de conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e outras denominações semelhantes – de 700 para 50 –, inclusive a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), que havia sido criada pelo Decreto nº 8.892/2016.

A extinção da CNODS significa ir na contramão de um acordo internacional firmado pelo Brasil e representa uma interrupção abrupta do trabalho que vinha sendo feito para o fomento e a implementação dos ODS no país. De natureza consultiva e paritária, a Comissão reunia representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil para articular iniciativas com abrangência em todo o território nacional.

Como consta na apresentação do plano de ação da CNODS, “no cenário de diversidade que define o Brasil, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representa uma oportunidade para o aperfeiçoamento da gestão pública e a aplicação de políticas que consolidem avanços sociais e a recuperação econômica do País. É também uma oportunidade de convergência dos esforços do Governo e da sociedade civil para acabar com a pobreza e a fome, lutar contra as desigualdades e combater mudanças climáticas, dentre outros objetivos que nos movem ⁶”. Sua extinção, bem como de diversos outros colegiados, sem novas medidas que reafirmem o compromisso com os princípios da Agenda 2030, coloca em risco o alcance desses objetivos e evi-

dência a necessidade ainda maior de ampliar a conscientização e participação social.

Vale destacar que a Agenda 2030 é um compromisso de Estado que deve estar acima de governos, partidos políticos e ideologias. Por isso, iniciativas alinhadas aos ODS são importantes em todos os níveis de governo, assim como a participação da sociedade civil organizada e de todos os setores legitimamente comprometidos com os princípios da Agenda.

Em 2020, com a pandemia do novo coronavírus, governos de todo o mundo enfrentam desafios adicionais quanto a seus mecanismos de governança, principalmente com relação as suas capacidades de responderem, de forma articulada e integrada, às novas e prementes demandas. O Brasil notadamente enfrentou dificuldades em responder adequadamente a uma emergência desse porte, devido a problemas estruturais históricos ainda mais evidenciados e agravados pela Covid-19, além da falta de articulação e inconsistência de medidas por parte do governo federal. O impacto da pandemia e o modo como ela foi enfrentada atingem gravemente a população brasileira e só não são maiores devido à robustez e qualidade do Sistema Único de Saúde (SUS) vigente no país, bem como medidas locais para contenção do problema. Ainda assim, tivemos uma das piores taxas de mortalidade pela Covid-19⁷.

As consequências da pandemia só poderão ser enfrentadas se cuidarmos efetivamente das pessoas e do planeta e promovermos a paz e parcerias sustentáveis que nos levem ao progresso enquanto humanidade.



A SOCIEDADE CIVIL:
UM PAPELA CUMPRIR

Model

A sociedade civil organizada tem papel fundamental em uma sociedade democrática. Assim como os entes federativos, pode e deve participar da discussão e implementação de políticas públicas de interesse coletivo.

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030) é uma coalizão formalizada em 2014 que reúne 51 organizações não governamentais das cinco regiões do país e que, juntas, cobrem as áreas dos 17 ODS. O GTSC A2030 atua na difusão, promoção e monitoramento da implementação dos ODS em âmbito local, nacional e internacional.

O GTSC A2030 incide sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, promovendo o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e às injustiças e o fortalecimento de direitos universais, indivisíveis e interdependentes, com base no pleno envolvimento da sociedade civil em todos os espaços de tomada de decisão.

Principais ações do GTSC A2030:

- Comunicar e conferir visibilidade à importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o potencial impacto da sua implementação sobre as pessoas e os territórios;
- Construir parcerias com setores públicos, sociedade civil e Sistema ONU para promoção, disseminação e monitoramento da Agenda 2030;
- Incidir junto a governos, parlamentos, Poder Judiciário e instâncias fiscalizadoras nacionais e locais, com o objetivo de alinhar políticas e orçamentos públicos aos ODS;
- Produzir conteúdos e análises críticas propositivas que informem sobre incidência e ações de controle social, o que inclui a produção, a cada ano, do Relatório Luz, documento que é referência para a avaliação de indicadores de implementação da Agenda 2030 no Brasil.

A Agenda 2030 afirma que, para alcançar seus objetivos, é necessário sinergia e parceria entre governos, setor acadêmico, setor privado e sociedade civil, que têm o papel comum de zelar por sua implementação, apesar de terem responsabilidades diferen-

ciadas. O GTSC A2030 é exemplo desse esforço, com organizações da sociedade civil em seus diferentes campos dedicadas a fazer avançar a justiça econômica e social, bem como a gestão sustentável do meio ambiente, um imenso desafio em um cenário cada vez menos inclusivo e participativo.

É por isso que, com apoio de muitos parceiros, têm sido desenvolvidas ações de disseminação, promoção, monitoramento e defesa da agenda de desenvolvimento sustentável, em busca da interlocução com os poderes do Estado nos níveis nacional, regional e local.

Também tem havido uma presença propositiva nos principais fóruns sobre a Agenda 2030, como o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável da CEPAL⁸, o Fórum sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FFD) e o Fórum Político de Alto Nível da Organização das Nações Unidas⁹.

Entretanto, é necessário fazer mais, engajar mais as organizações e lideranças, utilizar com mais eficácia e estratégia as redes sociais e adaptar-se aos novos tempos de comunicação virtual, potencializados ainda mais com o advento do isolamento social requerido durante a pandemia de Covid-19, para potencializar as ações de advocacy, entendidas como um conjunto de iniciativas para conscientizar e mobilizar a população e formadores de opinião, capacitar agentes transformadores e cobrar e fomentar a atuação do poder público em torno de medidas de interesse coletivo¹⁰.



PROBLEMA

problema

Em 2020, quando se iniciou a **Década de Ação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e muitas estratégias foram impactadas e revistas em razão das crises causadas pela Covid-19, colocar os ODS como guia tornou-se ainda mais importante e urgente.

Muitas organizações encontraram dificuldades para se adaptar a situações de adversidade como a pandemia, seja porque processos e mecanismos usuais de participação foram interrompidos, seja porque novas formas de interação precisaram ser exploradas para garantir a participação social em instâncias onde se debatem temas de interesse público.

Realizar ações de advocacy neste contexto requer flexibilidade e uso criativo de novas ferramentas a nosso alcance, como as mídias sociais.

A pandemia, bem como a constatação dos graves riscos e retrocessos mapeados pelo Relatório Luz, nos traz a oportunidade de repensar as estratégias adotadas para a implementação da Agenda 2030. Para superar os desafios que ora se apresentam e parecem maiores do que antes, é premente que tenhamos ações práticas para a implementação das medidas relacionadas aos ODS.

The background consists of several colored rectangular blocks: a green block on the top left, a yellow block on the top middle, a gold block on the top right, a red block on the middle right, a blue block on the bottom right, and an orange block on the bottom left. A large white outline of a stylized letter 'E' is centered on the page. The text 'RECOMENDAÇÕES DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS' is written in white, bold, uppercase letters across the middle of the 'E' shape.

**RECOMENDAÇÕES
DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS**

ações

Confira a seguir uma síntese das 156 recomendações presentes no Relatório Luz 2020, que devem servir como guia para as ações estratégicas da sociedade civil na implementação da Agenda 2030¹¹:

- Para o Brasil, uma medida central que precisa ser tomada é a revogação do teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional (EC) 95, bem como a recuperação orçamentária dos diversos serviços públicos como condição para viabilizar projetos e programas que atendam aos fundamentos constitucionais do estado democrático de direito;
- Tributação de produtos nocivos para a saúde das pessoas e para o planeta, como produtos de tabaco, álcool, bebidas adoçadas e agrotóxicos;
- Construção de um sistema tributário progressivo por meio da implementação de uma Reforma Tributária justa e solidária;
- Revogação de benefícios a corporações e empresas não alinhadas aos ODS;
- Revisão da reforma trabalhista;
- Revisão da reforma previdenciária;
- Implementação de uma Renda Básica Cidadã que reduza as desigualdades e preserve e fortaleça o sistema de proteção social;
- Ampliação do orçamento do Ministério do Meio Ambiente e reativação do Fundo Amazônia;
- Aumento substancial do investimento em ciência, tecnologia e inovação voltadas ao desenvolvimento sustentável;
- Reinstauração da política de promoção da igualdade racial e superação do racismo;
- Incorporação do direito ao saneamento básico no artigo 6º da Constituição Federal;
- Revisão da posição do Brasil nas negociações, em especial no âmbito da UNFCCC (Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) e das COPs (Conferências das Partes), para voltar a fortalecer a cooperação internacional e resgatar a posição de liderança construída ao longo de décadas pela diplomacia brasileira;
- Executar as políticas públicas com transparência e com maior participação da sociedade civil.



**PLANEJANDO AÇÕES
ESTRATÉGICAS EM
ADVOCACY**

Este relatório visa prover elementos para apoiar e promover ações práticas de advocacy para a implementação da Agenda 2030. Assim, explicamos abaixo, de forma esquemática, no que consistem ações de advocacy e damos exemplos que podem auxiliar na importante tarefa de transformação social por meio da implementação da Agenda 2030.

Advocacy remete à identificação, defesa e promoção de uma causa, como a promoção da educação, da saúde, da igualdade racial e a defesa do meio ambiente. Para tanto, há uma série de ações, ferramentas e formas de atuação para engajar e conscientizar a população sobre como criar e transformar políticas públicas que deem concretude a essas causas. Objetiva-se, ao fim, provocar mudanças culturais e em políticas públicas que reflitam transformações profundas na sociedade.

Para fazer avançar a pauta dos ODS, é preciso lançar mão de uma série de estratégias de advocacy para dar visibilidade ao tema e sensibilizar os principais decisores públicos a respeito de sua importância. Assim, desenvolvemos um arcabouço analítico que visa dar conta de todo o rol de ações ligadas ao advocacy e que poderá também servir de guia para a elaboração de outros planos estratégicos a serem desenvolvidos pelas mais diversas organizações.

Esse arcabouço estrutura as ações de advocacy em quatro pilares: 1) produção de conhecimento; 2) comunicação; 3) mobilização; e 4) incidência política.

O primeiro pilar é a base para a atuação, pois, para sensibilizar a população e incidir junto a decisores públicos, é preciso ter **conhecimentos** baseados em dados científicos sobre seu tema de atuação. Isso será fundamental para o convencimento e para rebater argumentos contrários. Sob esse pilar, a produção e mobilização contínuas de argumentos técnico-científicos para subsidiar o debate público é muito importante. Isso pode ser realizado internamente na organização ou articulando estudos e experiências locais, nacionais e internacionais sobre um determinado assunto. O importante, de todo modo, é garantir que as informações técnicas sejam as mais completas possíveis e estejam sempre à disposição para o debate.

O segundo pilar é fundamental em qualquer ação de advocacy. Trata-se de desenvolver estratégias para **comunicar** o tema, sensibilizando e engajando a população e a mídia. Em uma democracia, os políticos dependem do voto e, portanto, em alguma medida precisam responder aos interesses e anseios da população. Assim, ações de comunicação revestem-se de dois elementos centrais que desembocam em um mesmo objetivo: por um lado, espera-se comunicar a causa à maior parcela possível da população e conscientizá-la sobre sua importância, gerando engajamento e mobilização; por outro, espera-se que essa geração de conscientização e engajamento da população se reflita nos políticos, que devem tomar as decisões em última instância. Dessa forma, a população torna-se aliada da causa e pode ajudar a influenciar os tomadores de decisão. Evidentemente, a comunicação também pode e deve ser diretamente realizada junto aos decisores públicos.

O terceiro pilar também está voltado para o diálogo e a articulação com a sociedade civil, mas de uma maneira mais focada. Com a **mobilização**, objetiva-se mapear e dialogar com os stakeholders, ou atores da sociedade civil que já atuam de alguma forma com o tema. Para isso, é possível estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil, sociedades médicas, sindicatos, movimentos sociais, organismos internacionais, entre outros, com o objetivo de atuar de forma conjunta, potencializando a atuação na pauta. Quanto mais parceiros e interlocutores estiverem articulados em torno de uma pauta comum, maiores as chances dela ganhar mais visibilidade, tanto junto à população como ao poder público. A atuação combinada certamente alavanca a promoção das causas.

Por fim, chegamos ao quarto e último pilar, que é a **incidência política**. Os três pilares anteriores, de alguma forma preparam o terreno, por assim dizer, para a atuação junto ao poder público. Recapitulando, é importante estar munido de subsídios técnicos, atuar em coalizão e comunicar-se com a população. Com isso, chega-se mais fortalecido para a etapa da atuação mais direta junto ao poder público, chamada por vezes de “advocacy direto”.

Antes de falar desse pilar em si, é importante dar um passo para trás e salientar a importância de se compreender o funciona-

mento do sistema político, seja na esfera municipal, estadual ou federal, seja junto ao Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário. É absolutamente fundamental conhecer as regras do jogo, ou seja, entender como funcionam essas instâncias decisórias, e também mapear seus atores estratégicos. No caso do Legislativo federal, por exemplo, é imprescindível familiarizar-se com o processo legislativo, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, conhecendo o funcionamento dos diversos órgãos, como comissões e o plenário, e mapeando os postos-chave que detêm influência e poder, como os presidentes das Casas, os presidentes das comissões e os relatores dos projetos de lei monitorados.

Uma vez feito esse mapeamento das arenas políticas e de seus atores, passa-se à parte mais desafiadora e para a qual não há respostas prontas: a elaboração da estratégia de atuação propriamente dita. Essa tarefa envolve o contato direto com parlamentares, funcionários do Executivo e outros atores-chave, a construção de coalizões em apoio ao seu tema e a exploração dos espaços políticos para dar relevância e visibilidade à sua pauta, como por meio da participação em audiências públicas e da articulação com bancadas temáticas e frentes parlamentares.

Como se pode ver, as estratégias são diversas nos vários eixos de atuação. A seguir, apontamos, por eixo, possíveis ações e desenvolvemos em mais detalhes algumas delas, especialmente aquelas que se mostraram mais relevantes para o período da pandemia. Durante esse período, o poder ficou mais concentrado e o acesso à participação social mais restrito, suscitando a necessidade de novas formas de atuação ou a intensificação de algumas já utilizadas.

As discussões que ocorriam no Congresso Nacional nas diversas comissões foram suspensas no período de pandemia e as decisões passaram a ser tomadas pelos líderes partidários e os presidentes das duas Casas de forma remota. Com isso, os parlamentares no geral perderam força e influência e a sociedade civil ficou alijada dos debates e do processo decisório. Da mesma maneira, ações de mobilização nas ruas, por exemplo, ficaram comprometidas, havendo a necessidade de migração para o mundo virtual. Por isso, houve, por parte da sociedade civil organizada, uma intensificação de contatos, diálogos e eventos por meio das redes sociais. Campanhas de comunicação digital também se tornaram ferramentas valiosas no período.

The background consists of several overlapping colored rectangles: green, yellow, brown, red, orange, and blue. A white geometric shape, resembling a stylized letter 'L' or a bracket, is superimposed over the center. The text 'PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO' is written in white, bold, uppercase letters across the middle of the image.

**PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO**

conhecimento

7.1 Objetivos

Estudar e produzir conhecimentos científicos sobre o tema, mapeando experiências nacionais e internacionais, são ações fundamentais para alavancar o tema de forma consistente junto à sociedade, à mídia e aos decisores públicos. Aproximar o tema da população, mostrando como a implementação dos ODS pode impactar o país e fomentar a criação de uma sociedade mais sustentável e socialmente justa, torna-se prioritário e pode angariar apoio maior à causa.

7.2 Plano de Ação

1. Produção de conteúdos analíticos (além do Relatório Luz, produzir relatórios ou textos periódicos temáticos sobre cada ODS, por exemplo)

2. Proposição de meios de implementação da Agenda 2030

3. Mapeamento nacional e internacional de experiências e lições aprendidas

4. Cursos para gestores e assessores legislativos sobre ODS

Realização de cursos EAD para parlamentares e lideranças políticas sobre a importância da incorporação de cláusulas de saúde, direitos humanos e socioambientais em políticas econômicas/comerciais nacionais, conforme a Agenda 2030.

5. Curso de ODS e/ou de advocacy em ODS (EAD)

Promover curso à distância de Advocacy para a Agenda 2030 voltado para as organizações da sociedade civil que atuam com pautas alinhadas aos ODS, com priorização das regiões com menor acesso a informações e oportunidades de capacitação, para que possam contribuir com iniciativas de advocacy em nível local e nacional.



COMUNICAÇÃO

communicate

8.1 Objetivos

As estratégias de comunicação e mobilização visam disseminar o tema dos ODS e engajar diversos públicos, como formadores de opinião, organizações sociais, políticos, gestores públicos e população em geral.

Para se alcançar o nível federal, será importante visar os influenciadores que são conhecidos em rede nacional por sua atuação em temas da Agenda 2030. Pode-se buscar também o apoio daqueles engajados com pautas transversais aos ODS. Em nível estadual, a mobilização e a comunicação buscarão atingir políticos locais.

8.2 Plano de Ação

1. Disseminar o Relatório Luz anual, bem como outros materiais e campanhas relevantes
2. Escrever artigos de opinião e outros conteúdos em diferentes formatos, inclusive publicações para mídias sociais, para ampliar a divulgação do Relatório Luz e outras iniciativas alinhadas aos ODS
3. Angariar apoio ao tema e compartilhamento de conteúdos por parceiros, organizações, parlamentares e outros

Grupos de Whatsapp com pessoas que trabalham por um mesmo tema podem ser ótimas ferramentas de apoio. Você pode pedir aos demais membros que compartilhem conteúdos em redes sociais pessoais ou de organizações e pode fazer o mesmo por eles.

4. Pautar a mídia sobre o tema (por meio de editoriais, artigos, envio de mensagens para seções de cartas de leitores, pautas para matérias e notas públicas, por exemplo)

5. Mapear e pautar influenciadores para que eles apoiem a disseminação do tema

Trabalhar com a ajuda de influenciadores digitais que possam apoiar os temas da Agenda 2030 é importante em tempos de pandemia. O Dr. Dráuzio Varella por exemplo, que sempre atuou no combate do tabagismo, contribuiu para a campanha Conta do Cigarro, lançada pela ACT Promoção da Saúde, e, devido à força de seu nome, bem como sua atuação na área da saúde pública, alcançou um grande número de visualizações. Mesmo influenciadores com bem menos seguidores, no entanto, também podem ajudar a alavancar mensagens e publicações.

6. Utilizar dados de mensurações e monitoramentos, com uso de plataformas específicas para essa finalidade

As plataformas digitais especializadas em fazer o monitoramento dos poderes Legislativo e Executivo também podem auxiliar muito, possibilitando acompanhar a atuação de cada parlamentar e gerando informações contextualizadas que podem facilitar a tomada de decisões. Tais plataformas possibilitam, em geral, a criação de matrizes automáticas geradas a partir de algoritmos com os interesses centrais da instituição ou grupo de trabalho.

7. Domínio das redes digitais: estratégia de comunicação massiva em redes

As ações no Congresso Nacional concentram-se hoje em torno de temas emergenciais, o que prejudicou as demais agendas. Além disso, o novo sistema limitou muito o diálogo entre o parlamento e a sociedade civil. Nessa conjuntura, as entidades que não possuíam vias consolidadas de comunicação contínua com parlamentares não conseguem mais se comunicar de forma apropriada. É essencial, portanto, aprender a se beneficiar das tecnologias digitais disponíveis para ampliar a comunicação, bem como utilizar de forma apropriada as redes sociais e os aplicativos de mensagens. Partindo de um objetivo específico de advocacy, define-se a estratégia, quais são as ações necessárias para alcançá-lo e quais ferramentas de comunicação serão usadas. Na falta de debates presenciais no Congresso Nacional, é possível utilizar as redes sociais para construir oportunidades de promoção de debates de alto nível por meio de webinários, por exemplo.

8. Desenvolver narrativas e campanhas em torno da pandemia, destacando pontos de alerta ou sinergia em relação aos ODS
9. Identificar ou desenvolver iniciativas colaborativas para ampliar a potência da comunicação durante a pandemia e incorporá-las no centro das estratégias das pautas



MOBILIZAÇÃO

mobilização

9.1 Objetivos

Acionar rede de interlocutores (stakeholders parceiros) para se posicionarem e atuarem em defesa do tema.

9.2 Plano de Ação

1. Mobilizar as 51 organizações da sociedade civil que compõem o GTSC A2030 em torno do tema para apoiar a Agenda

2. Buscar maior engajamento das organizações

O GTSC A2030 é composto por 51 organizações da sociedade civil. Entretanto, nem todas elas assumem o protagonismo na defesa da Agenda. Isso acontece porque as entidades possuem uma dinâmica que faz com que frequentemente acabem focalizando sua atenção em questões internas. A atuação em rede pode ser decisiva para alcançar uma experiência mais ampla de desenvolvimento e fortalecimento do tecido social, além de permitir que as informações possam ser compartilhadas por todos e favorecer a formação de uma cultura de participação, cooperação, corresponsabilidade e autonomia. É fundamental buscar formas de engajar mais as entidades parceiras, elegendo um ponto focal que promova reuniões temáticas periódicas envolvendo a todos, por exemplo, e fomentando discussões em torno dos temas correntes.

3. Mapear e articular parcerias com organizações de outras áreas que possam ter interfaces com o tema
4. Realizar aproximações com parceiros no Sistema Nações Unidas e outros (exemplo: Unicef, OPAS, FAO, OMS, OEA)
5. Organizar seminários ou webinários para compartilhamento de experiências nacionais

6. Investir na ampliação da estratégia de atuação em rede

O trabalho em rede ganha mais importância no atual cenário de pandemia global. A união de esforços em torno de um objetivo comum pode otimizar recursos, possibilitando o alcance de bons resultados. A cooperação interinstitucional permuta ações pontuais e isoladas por ações coletivas em redes horizontais de cooperação, que possibilitam maior eficácia na implementação de projetos e políticas públicas. Compartilhar conhecimento e buscar estabelecer uma comunicação mais dinâmica para manter a atividade da rede devem tornar-se atividades mais constantes. Atuar coletivamente produzindo manifestos que possam ser apresentados ao poder público em nome da rede de parceiros pode dar maior visibilidade à causa.

7. Organizar ações de mobilização em mídias sociais, especialmente no Twitter

O Twitter é uma das redes sociais com maior potencial para mobilização. Muitos parlamentares, influenciadores, veículos de comunicação e outros stakeholders parti-

cipam ativamente do Twitter, o que cria uma oportunidade ímpar para levar mensagens e campanhas até eles. Uma das maneiras de fazer isso é por meio da ação conhecida como Tuitaço, em que, em uma hora combinada, organizações e indivíduos parceiros publicam mensagens sobre um mesmo tema, de preferência usando a mesma hashtag e marcando atores-chave relevantes. Quanto maior o número de mensagens publicadas em um curto espaço de tempo, maior a chance delas serem notadas. Geralmente, é interessante realizar Tuitaços em momentos específicos que demandam mobilização, como antes da votação de um projeto de lei.

The background consists of several large, overlapping rectangular blocks of color: cyan, yellow, red, green, and dark blue. A large white circle is centered over the red and green blocks, and a smaller white circle is positioned over the red block. On the left side, there are white outlines of a square and a rectangle. The text 'INCIDÊNCIA POLÍTICA' is centered in white, bold, uppercase letters.

INCIDÊNCIA POLÍTICA

políticad

10.1 Objetivos

Mapear interesses, arenas, atores-chave e posições dos atores políticos, bem como incidir sobre o governo e o Congresso Nacional, são tarefas importantes para acelerar medidas concretas de apoio à pauta dos ODS.

10.2 Plano de Ação

1. Identificar ao menos um aliado por partido e construir/manter relação
2. Mapear posição do Executivo e articular apoios nos mais diversos ministérios (exemplos: Saúde, Casa Civil, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cidadania, Educação)
3. Ampliar relações com parlamentares nos estados e buscar apoio de governadores e prefeitos, que podem fortalecer a causa junto às lideranças nacionais

4. Identificar janelas de oportunidades para a incidência durante a pandemia

A Covid-19 mudou a natureza das ações e trouxe novas oportunidades e formas de fazer advocacy. Viagens para a capital para defender pautas junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário foram substituídas por recursos online, por exemplo. É preciso que as organizações estejam atentas e capacitadas para utilizar todos os meios disponíveis, como reuniões e audiências públicas virtuais, julgamentos, acompanhamento de sessões deliberativas, entre outros.

5. Monitorar projetos de lei existentes e propor novos projetos relacionados aos 17 ODS

6. Participar e mobilizar Frentes Parlamentares (de apoio aos ODS, ambientalistas, de combate ao câncer, da saúde preventiva e outras), criando mensagens específicas para cada parlamentar, de acordo com o perfil de cada um

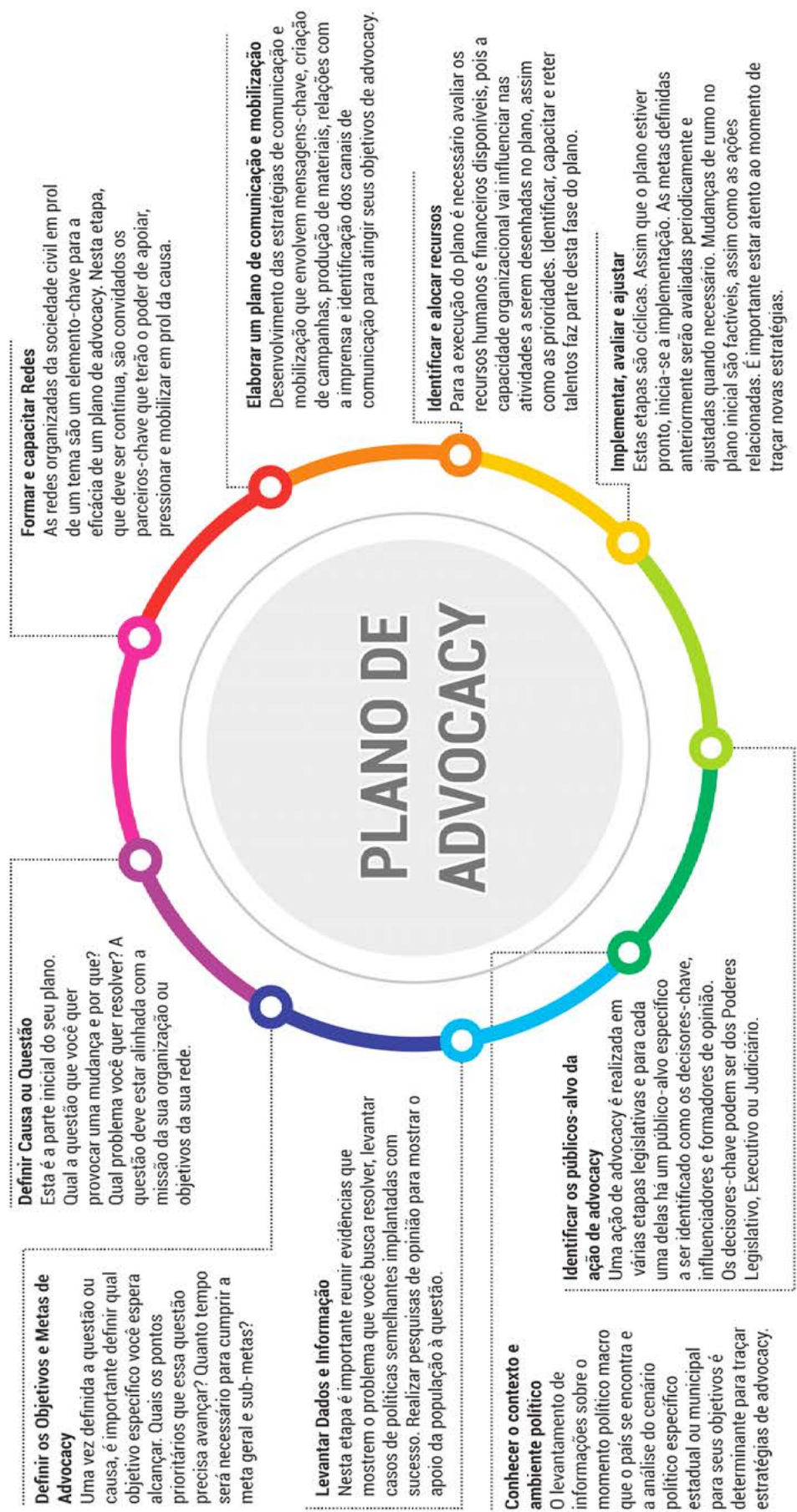
Por reunirem parlamentares de diversos partidos que têm em comum o interesse pela mesma causa, as Frentes podem ser um espaço de debate mais intensificado sobre um assunto específico. Foi constituída uma Frente exclusivamente para apoiar a implementação e o monitoramento dos ODS, a Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo. Além disso, o direcionamento de mensagens específicas para cada parlamentar ou referentes ao campo temático ou à área de atividade do parlamentar tem se mostrado uma estratégia com ótimo alcance.

7. Promover e participar de audiências públicas sobre o tema

The background consists of several overlapping rectangular blocks in various colors: green, yellow, brown, red, orange, and blue. White outlines of rectangular shapes are overlaid on the background, creating a layered effect.

INFOGRÁFICO: ELABORANDO UM PLANO DE ADVOCACY

info gráfico



CONCLUSÃO

conclusão

As sugestões apontadas neste documento representam uma tentativa de contribuir para que as organizações que se dedicam ao monitoramento e à implementação dos ODS no Brasil possam dar continuidade ao trabalho que vinham desenvolvendo, mesmo em tempos de pandemia.

O ofício do advocacy em tempos digitais e nos quais a pauta do desenvolvimento sustentável não figura como prioridade constituem desafios a mais, que, entretanto, podem e devem ser enfrentados a partir da apropriação e do entendimento das estratégias e tendências atuais aqui expostas.

Esperamos que este guia possa potencializar as ações de todas as entidades preocupadas com o futuro mais saudável, justo e sustentável que desejamos encontrar em 2030.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS
REFERÊNCIAS
CIAS

1. Nações Unidas Brasil. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
2. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf
3. Constituição Federal - Preâmbulo. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/preambulo.asp>
4. ACT4SDGs. Disponível em: <https://act4sdgs.org/> (em inglês)
5. GTSC A2030. IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf
6. Comissão Nacional ODS. Plano de Ação 2017-2019. Disponível em: www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019
7. Correio Braziliense. Brasil passa de 137 mil óbitos por covid e eleva taxa de mortalidade. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/4876893-brasil-passa-de-137-mil-obitos-por-covid-e-eleva-taxa-de-mortalidade.html>
8. CEPAL. Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável se inicia com um chamado para fortalecer o multilateralismo e a cooperação regional. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/forum-paises-america-latina-caribe-o-desenvolvimento-sustentavel-se-inicia-chamado>
9. United Nations Department of Economic and Social Affairs - Financing. Disponível em: un.org/development/desa/financing/what-we-do/ECOSOC/financing-development-forum/FFD-forum-home (em inglês)
10. ACT Promoção da Saúde. Advocacy como instrumento de apoio a políticas públicas. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/advocacy-como-instrumento-de-apoio-a-politicas-publicas/17267/>
11. GTSC A2030. Recomendações 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/recomendacoes-2020/>